



CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO SAD/MT 2009
EDITAL Nº 005/2009 - SAD/MT, DE 27 DE JULHO DE 2009

CADERNO DE PROVA

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL ADVOGADO

Data da Prova: 21 de Março de 2010

CANDIDATO

PROVA
512

A

INSTRUÇÕES

- I. Este caderno contém 60 (sessenta) questões objetivas.
- II. Caso apresente defeito de impressão ou falta de questão, solicite ao fiscal a substituição do caderno de prova.
- III. Para questão da Prova Objetiva há apenas uma alternativa correta. No cartão de respostas assinale somente uma letra como resposta, pintando completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, seguindo o exemplo: **(A) (B) (C) (D) (E)**
- IV. Use caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente, para marcar a resposta, no cartão de respostas.
- V. O tempo de duração da prova é de 4 (quatro) horas, incluído o tempo destinado à transcrição do cartão de respostas.
- VI. O candidato só poderá deixar a sala após 2 (duas) horas do início das provas.
- VII. O candidato somente poderá levar este caderno, 15 (quinze) minutos antes do horário determinado para o término das provas.

FATORES QUE ANULAM UMA QUESTÃO DA PROVA OBJETIVA

- a. Questão sem marcar;
- b. Questão com rabisco, rasuras ou manchas;
- c. Questão com mais de uma opção assinalada.

Boa Prova!



CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

Na revista *Língua Portuguesa* nº 42, de abril de 2009, o cronista português João Pereira Coutinho emite sua opinião sobre o novo acordo ortográfico celebrado pelos países lusófonos. Leia-a.

“Sou contra. Visceralmente contra. Filosoficamente contra. Linguisticamente contra. Começo por ser contra com a força das minhas entranhas: sou incapaz de aceitar que uma dúzia de sábios se considere dona de uma língua falada por milhões. Ninguém é dono da língua. Ninguém a pode transformar por capricho. Por capricho, vírgula: por mentalidade concentracionária, em busca de uma unidade que, para além de impossível, seria sinistra. A língua é produto de uma história; e não foram apenas Portugal e Brasil que tiveram a sua história, apresentando variações fonéticas, léxicas ou sintáticas; a África, Macau, Timor e Goa, que os sábios do Acordo ignoraram nas suas maquinações racionalistas, também têm direito a usar e a abusar da língua.”

Sobre o texto, assinale a alternativa **incorreta**.

- A insistente repetição da palavra “contra” foi um recurso de linguagem usado pelo entrevistado para enfatizar sua posição adversa em relação ao Acordo.
- O termo “visceralmente” e a expressão “com a força das minhas entranhas” apresentam afinidade de sentidos.
- “uma dúzia de sábios” refere-se expressamente a doze intelectuais responsáveis pela instituição do Acordo.
- O cronista afirma ser a língua um bem de domínio público, que não deve sofrer intervenção estatal.
- A expressão “Por capricho, vírgula” introduz uma autorretificação do pensamento.

QUESTÃO 02

Assinale a alternativa em que a evolução sequencial e previsível dos fatos está prejudicada.

- O Governo apresentou a proposta, ela foi aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente.
- A economia mundial foi abalada por uma grande crise, a população ficou apreensiva, mas os países já retomam seu crescimento.

- As grandes nações reduziram a emissão de CO₂, o planeta se superaqueceu e, agora, buscam-se medidas para reter a degradação ambiental.
- Ocorreu o acidente, a família requereu o seguro DPVAT e, com a indenização, cobriu as despesas hospitalares.
- O presidente da Nicarágua foi deposto, o governo foi assumido por um presidente interino e o país entrou em crise interna, com reflexos mundiais.

QUESTÃO 03

“Ninguém será privado de direito por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”
(Inciso VIII do Art. 5º da Constituição Federal Brasileira)

Sobre o texto, assinale a alternativa **incorreta**.

- A palavra “salvo” introduz restrições a eventuais desvios no exercício das liberdades religiosa, política e filosófica.
- O verbo “invocar” tem sentido de presumir.
- A expressão “a todos imposta” afirma o caráter coercitivo da lei.
- O texto prevê a possibilidade de se proporem opções, desde que legais, ao cumprimento de deveres por parte dos cidadãos.
- O pronome “as”, em “salvo se as invocar”, refere-se às crenças e convicções.

QUESTÃO 04

Considerando as flexões verbais nos enunciados e considerando a formalidade da língua, assinale a alternativa **correta**.

- A Polícia Federal não interviu no caso da guerrilha urbana, porque entendeu não ser de sua competência.
- Se este verão trazer mais chuvas, teremos novas enchentes Brasil afora.
- Em qualquer ramo da atividade humana, sempre houveram bons e maus profissionais.
- Especialistas recomendam que respeitemos a natureza se não quisermos legar desastres irreparáveis a nossos filhos.
- A adoção de políticas mais severas em Nova Iorque reteu a onda de crimes que assolava a cidade.

QUESTÃO 05

A redundância consiste no uso de palavras que expressam a mesma ideia de forma excessiva.

Assinale a alternativa em que ocorre esse fenômeno.

- O cientista falou, em vídeo, sobre o aumento de casos de câncer no Brasil e no mundo.
- Considero que a queda do muro de Berlim e o atentado contra o World Trade Center sejam os acontecimentos mais importantes da história recente.
- A formação de cartéis e o monopólio exclusivo no comércio de bens de consumo são práticas prejudiciais aos consumidores.
- Em várias cidades brasileiras, a população saiu às ruas para protestar contra a corrupção política.
- Nem sempre se identifica a doença num primeiro exame clínico.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa em que o pronome oblíquo foi usado em conformidade com a língua padrão.

- Nunca lhe disse antes, mas gosto muito de você.
- Agradecemos por você ter feito-nos este grande favor.
- Não fosse a exiguidade do espaço, a cerimônia de formatura poderia-se realizar no salão nobre.
- Te prepara, meu filho, porque a viagem será longa e cansativa.
- Os fortes não abatem-se com as derrotas.

QUESTÃO 07

"A maior linha de roçadeiras do País agora tem a maior garantia do mercado: 18 meses"
(Propaganda veiculada na revista *Veja* nº 43, de 28/11/2009)

Sobre o enunciado, é **incorreto** afirmar.

- O sujeito da oração é "A maior linha de roçadeiras do país".
- O advérbio "agora", se transposto para o início da frase, alteraria o sentido da mensagem.
- No lugar de dois pontos, poder-se-ia utilizar travessão.
- "Mercado", neste contexto, corresponde ao comércio de roçadeiras pelos concorrentes.
- A repetição da palavra "maior" estabelece correspondência entre a dimensão da empresa e a extensão do benefício oferecido.

QUESTÃO 08

"Aquele casamento não poderia mesmo dar certo: ela gosta de ler Dostoiévsky; já ele só lê as tirinhas e as colunas esportivas do jornal... e olhe lá!"

Sobre o enunciado, assinale a alternativa **incorreta**.

- A palavra "mesmo" funciona como reforço argumentativo de uma opinião, a de que o casamento estava fadado ao insucesso.
- O locutor fundamenta sua opinião na adversidade socioeconômica do casal.
- Em "ela gosta de ler Dostoiévsky" ocorre uma figuração linguística que equivale a "Ela gosta de ler os livros que foram escritos por Dostoiévsky".
- Tirinhas são fragmentos ou segmentos de histórias em quadrinhos, em faixas horizontais.
- A expressão "e olhe lá!" faz parte do linguajar coloquial e é usada para dar ênfase a uma expressão ou fazer uma advertência.

QUESTÃO 09

Observe o enunciado abaixo.

Que frio! Que vento! Que calor! Que caro! Que absurdo! Que bacana! Que tristeza! Que tarde! Que amor! Que besteira! Que esperança! Que modos! Que noite! Que graça! Que horror! Que doçura! Que novidade! Que susto! Que pão! Que vexame! Que mentira! Que confusão! Que vida! Que talento! Que alívio! Que nada...

Assim, em plena floresta de exclamações, vai-se tocando pra frente.

Carlos Drummond de Andrade.

Em relação ao enunciado, é **correto** afirmar.

- Não é um texto, pois é um amontoado de frases sem conexão entre si.
- O texto não tem sentido por falta de elementos coesivos.
- A pontuação compromete o sentido do texto.
- A última frase compensa a falta de elementos coesivos e dá sentido ao todo.
- Não é um texto, pois o trecho faz parte de um poema do autor.

QUESTÃO 10

Análise a frase.

"A multidão se dirigiu para onde havia água em abundância, pois assim teriam mais tempo até serem resgatados".

Com base nela, assinale a **correta**.

- a. Está correta, pois, os verbos no plural se explicam como um caso de silepse de número.
- b. Não está correta porque o primeiro verbo está no singular.
- c. Não há concordância em número, pois há, para o sujeito "multidão", verbos tanto no singular quanto no plural.
- d. A conjunção "pois" é coordenativa explicativa e em seu lugar deveria haver uma subordinativa conformativa.
- e. Está totalmente incorreta, pois não há concordância em número ou em gênero.

QUESTÃO 11

O uso dos verbos, quanto à conjugação, tempo ou modo, está **correto** em qual das alternativas?

- a. A empresa iria destinar mais recursos para problemas relacionados ao meio-ambiente se houver melhores incentivos financeiros.
- b. A empresa destinará mais recursos para problemas relacionados ao meio-ambiente se houverem melhores incentivos financeiros.
- c. A empresa irá destinar mais recursos para problemas relacionados ao meio-ambiente se haverem melhores incentivos financeiros.
- d. A empresa destinará mais recursos para problemas relacionados ao meio-ambiente se houvessem melhores incentivos financeiros.
- e. A empresa vai destinar mais recursos para problemas relacionados ao meio-ambiente se houver melhores incentivos financeiros.

QUESTÃO 12

"Ouviram do Ipiranga as margens plácidas de um povo heróico o brado retumbante."

A função sintática de cada um dos termos grifados é, respectivamente:

- a. núcleo do sujeito e objeto direto.
- b. objeto direto e sujeito.
- c. adjunto adverbial de lugar e sujeito.
- d. sujeito e objeto indireto.
- e. substantivo e adjunto adnominal.

QUESTÃO 13

Quanto à concordância verbal, assinale a alternativa **correta**.

- a. Assusta-me sobremaneira essas atitudes extremistas.
- b. A maioria dos eleitores não sabia ainda em quem deveria votar.

- c. Aluga-se casas de veraneio a preços bastante razoáveis.
- d. Haviam mais de duas mil pessoas num lugar onde caberiam apenas oitocentas.
- e. Verifica-se vários pontos que devem receber mais atenção.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa que apresenta um período com mais de três orações.

- a. — Pare, deite-se no chão, não grite e me passe a bolsa! Isso é um assalto!
- b. — Isso é um assalto! Não grite que senão eu te passo fogo!
- c. — Não se mexa porque senão você morre! Isso é um assalto e não adianta gritar.
- d. — Me passe a bolsa devagar e calmamente, sem levantar suspeitas. Isso é um assalto!
- e. — Não se mexa! Não grite! Nem pense em correr! Passe a bolsa!

QUESTÃO 15

"— Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas, pensa ele. Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral. Não casou [...]"

Machado de Assis.

Quanto à classificação morfológica, as palavras grifadas no texto, são respectivamente:

- a. preposição, pronome, substantivo, pronome e advérbio.
- b. preposição, conjunção subordinativa, substantivo, pronome e preposição.
- c. preposição, conjunção, substantivo, pronome e advérbio.
- d. verbo, conjunção, substantivo próprio, pronome e advérbio.
- e. preposição, conjunção, adjetivo, pronome e advérbio de negação.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

QUESTÃO 16

Assinale a questão abaixo que **não** corresponde à história do período colonial mato-grossense.

- a. A Rusga foi um conflito político que envolveu as facções dos Liberais e dos Caramurus, usando o povo para que realizasse motins e rebeliões.
- b. O conflito entre o governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, e os Irmãos Leme.

- c. O Rio Jauru, por ocasião do Tratado de Madri, foi considerado um marco geográfico muito importante, o que fez com que a Coroa Portuguesa, em 1754, mandasse despachar, de Portugal, grandes blocos de pedra esculpidos em forma piramidal com inscrições que declaravam que aquelas terras eram de domínio português.
- d. O rei de Portugal, considerando o pedido do governador, autorizou que fossem montadas bandeiras e expedições para exterminar os índios Paiaguá.
- e. Uma construção estrategicamente erguida ao longo da fronteira ocidental foi o Forte Real Príncipe de Beira, por ordem de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, pois a posição geopolítica dessa fortificação era estratégica.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa **correta** sobre a história econômica de Mato Grosso, do Império à República.

- a. A extração da erva-mate foi pouco expressiva na região de Mato Grosso, não configurando presença nos rumos da economia da província mato-grossense.
- b. A poaia, conhecida cientificamente como *Cephaeles ipecacuanha*, foi raiz de exportação apenas até a primeira metade do século XIX, pouco contribuindo com a economia da província.
- c. Em Mato Grosso, as mangabeiras e seringueiras nativas floresceram nas bacias dos rios Tapajós e Paraguai, de onde era retirado látex de excelente qualidade, muito procurado pelos europeus. Grandes casas comerciais regionais a comercializam, exportando a produção diretamente aos mercados platinos e europeus.
- d. O pioneiro na implantação de usinas de açúcar em Mato Grosso foi Antônio Paes de Barros, conhecido como Totó Paes, famoso proprietário da Usina Itaiçi. Porém, com a falta de recurso e tecnologia esta usina teve um caráter efêmero.
- e. A pecuária, em Mato Grosso, foi historicamente uma atividade pouco exercida pela necessidade de grande número de mão-de-obra. Inicialmente o gado era utilizado no abastecimento da região mineradora, depois surgiram algumas charqueadas ao longo do Rio Cuiabá e Paraguai, mas, com pouca expressão econômica.

QUESTÃO 18

"O Coronelismo pode ser definido como o poder exercido pelos homens ricos e proprietários de terras, pessoas influentes politicamente que haviam sido agraciadas, durante o Império, com patentes da Guarda Nacional correspondentes àquelas do Exército, sendo que a maioria deles era chamada de coronel, porém, eram coronéis civis, da Guarda Nacional" (SIQUEIRA, 2002, p.157).

Foram ações ou movimentos coronelistas no período republicano em Mato Grosso, **exceto**:

- a. a deposição de Magessi.
- b. o massacre da Baía do Garcez.
- c. o assassinato de Totó Paes.
- d. a Caetanada.
- e. o conflito entre José Morbeck e Carvalhinho.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa que apresenta o nome do primeiro movimento promovido pelo Governo Federal objetivando a ocupação e colonização das terras mato-grossenses sob o patrocínio do presidente Getúlio Vargas.

- a. Fundação Brasil Central.
- b. SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.
- c. PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste.
- d. Expedição Roncador-Xingu.
- e. Marcha para o Oeste.

QUESTÃO 20

A partir das décadas de 1960 e 1970, Mato Grosso conheceu significativas mudanças no meio rural e urbano, em busca da modernização.

Sobre essas mudanças, assinale **V** para as alternativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Implantação dos grandes eixos rodoviários e o aumento da urbanização.
- () Expansão agropecuária e a mecanização agrícola.
- () Desenvolvimento industrial, em especial da agroindústria, e desenvolvimento do setor de telecomunicações.
- () Avanços do setor de serviços e de informática.

Assinale a sequência **correta**.

- a. F, V, V, V.
- b. V, V, V, V.
- c. F, V, F, V.
- d. V, V, F, F.
- e. F, F, F, V.

QUESTÃO 21

As afirmativas sobre a hidrografia mato-grossense estão corretas, **exceto**:

- a. a maior parte dos rios mato-grossenses encontra-se em área de clima tropical semi-úmido, com estação seca muito pronunciada e, portanto, com grande oscilação da vazão fluvial.
- b. o principal divisor de águas, em Mato Grosso, é o Planalto dos Parecis.
- c. está localizado, em Mato Grosso, o grande divisor de águas das bacias hidrográficas do Amazonas e do Paraná, com grande número de cabeceiras de rios que são impróprios para o transporte fluvial de cargas.
- d. em Mato Grosso, os rios pertencentes à bacia Amazônica drenam 2/3 do seu território. Esses rios percorrem superfícies de Planaltos e Chapadas dos Parecis, Planaltos e Serras Residuais e Depressões, as duas últimas do Norte de Mato Grosso, apresentando em seus cursos cachoeiras e corredeiras.
- e. possui grandes lagos e lagoas de erosão fluvial e de barragem, notadamente no Pantanal.

QUESTÃO 22

Os principais países importadores dos produtos produzidos no Estado de Mato Grosso integram o bloco econômico denominado de:

- a. Mercosul.
- b. Caricon.
- c. Pacto Andino.
- d. Apec.
- e. União Europeia.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

QUESTÃO 23

Com base na Lei Complementar nº 266, de 29/12/2006, considera-se cargo de assessoramento, um conjunto de atribuições que:

- a. corresponde a encargos de direção, chefia e assessoramento, criados por lei, exercido por titular de cargo efetivo do Poder Executivo Estadual.
- b. implica na responsabilidade de coordenar a execução de programas, projetos e atividades de uma ou mais unidades administrativas.

- c. implica na responsabilidade de dirigir, ou seja, estabelecer diretrizes e estratégias, desenvolver e coordenar a execução de programas, projetos e atividades de órgãos ou conjunto de unidades administrativas.
- d. concerne a um ou mais assuntos complementares cometidos a um cargo que exija formação ou experiência específica para seu desenvolvimento.
- e. corresponde a encargos de direção, chefia e assessoramento, criados por lei, de livre nomeação e exoneração, cujo provimento se faz em caráter temporário através de ato governamental.

QUESTÃO 24

Segundo a LC 266/2006, são direitos dos servidores exclusivamente comissionados, **exceto**:

- a. gratificação natalina correspondente a 01(um) subsídio mensal integral.
- b. contribuição referente à cota parte do empregador ao INSS.
- c. licença médica, atestada pela unidade de perícia médica do INSS, dentro de um período máximo de 15 (quinze) dias.
- d. 30 (trinta) dias de férias remuneradas, a cada período de 12 (doze) meses efetivamente trabalhados.
- e. adicional de 1/3 (um terço) de férias.

QUESTÃO 25

O Diretor-Geral de Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso tem as seguintes competências, **exceto**:

- a. empossar novos Delegados de Polícia Judiciária Civil, nomeados por concurso público, observada a ordem de classificação.
- b. suspender o direito de o policial civil portar arma de fogo, por conveniência disciplinar, ou recomendação médica ou solicitação da Gerência de Armas *ad referendum*, do Conselho Superior da Polícia Judiciária Civil.
- c. avocar, excepcional e fundamentadamente, Inquérito Policial e outros procedimentos de Polícia Judiciária Civil, para redistribuição.
- d. gerir as atividades referentes à administração de pessoal, material, orçamento, finanças e serviços gerais.
- e. determinar a instauração de procedimento administrativo disciplinar.

QUESTÃO 26

Sobre o estágio probatório, previsto para a Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, assinale a alternativa **correta**.

- a. Será exonerado por ato do Diretor-Geral de Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso ou por Ato Governamental o policial civil em estágio probatório que não preencher os requisitos estabelecidos em lei específica para o estágio probatório.
- b. Esgotado o prazo de defesa e produzidas as provas requeridas, a comissão decidirá, mediante voto e pela maioria simples de seus membros presentes, sobre a conveniência ou não da permanência do policial civil no serviço público.
- c. O policial civil em estágio probatório, exceto por ato presidencial, não poderá ser colocado à disposição de outros órgãos, instituições ou poderes, do Estado ou de Unidades da Federação, nem exercer cargo ou função de confiança.
- d. O período de estágio probatório em cargo policial civil é considerado de efetivo exercício para todos os fins.
- e. Até o vigésimo dia, antes de encerrar o prazo de estágio probatório, deverá a comissão emitir parecer conclusivo e fundamentado sobre a permanência ou demissão do policial civil.

QUESTÃO 27

Em relação à Lei Complementar nº 112/2002, que instituiu o Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Concluídas as diligências promovidas pela Comissão de Ética, o servidor público será oficiado para nova manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.
- b. É vedado ao servidor público, o uso de cargo, emprego ou função, bem como facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- c. À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira, os registros sobre a conduta ética dos servidores públicos, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
- d. Toda ausência injustificada do servidor público de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público estadual, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

- e. O servidor público será oficiado para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, em razão do processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado neste código, instaurado pela Comissão de Ética, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada formulada por autoridade, servidor público, qualquer cidadão que se identifique ou quaisquer entidades associativas regularmente constituídas.

QUESTÃO 28

Na organização básica dos órgãos da Administração Direta do Estado de Mato Grosso, o Nível de Gerência Superior será:

- a. representado pela coordenação e execução de atividades em determinados polos regionais a serem definidos por decreto.
- b. exercido pelos subsecretários, com funções relativas à implantação e controle de programas e projetos, bem como atividades de gerência necessárias ao desempenho da Pasta.
- c. representado pelos Conselhos ou assemelhados com respectivas funções regimentais.
- d. representado pelos Secretários de Estado, no desempenho de suas funções institucionais e administrativas.
- e. relativo ao apoio especializado aos titulares dos órgãos.

QUESTÃO 29

No tocante à Lei Complementar nº 14, 16/01/1992, qual Autarquia não é vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda?

- a. Companhia de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso – COHAB/MT.
- b. Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso – IPEMAT.
- c. Banco do Estado de Mato Grosso S.A – BEMAT.
- d. Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso – IOMAT.
- e. Loteria do Estado de Mato Grosso – LEMAT.

QUESTÃO 30

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa **correta**.

- a. Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria simples de votos, não computados os em branco e os nulos.

- b. Por falta de regulamentação de lei complementar, o servidor público estatutário não faz jus ao benefício Aposentadoria Especial.
- c. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, e no exercício pleno de seus direitos civis.
- d. A lei complementar estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.
- e. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, recusar fé aos documentos públicos e particulares, conforme previsão da Magna Carta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Quanto ao regime jurídico dos servidores públicos, assinale a alternativa **correta**.

- a. Demissão é o ato administrativo constitutivo, cuja finalidade é o desligamento do funcionário estável após regular inquérito administrativo ou processo judicial, tendo por motivo o cometimento de infrações de qualquer natureza.
- b. A reversão pode ocorrer nas hipóteses em que, concedida a aposentadoria por incapacidade laboral, o estado de higidez voltar.
- c. A estabilidade somente é alcançada pelo titular de cargo efetivo após 3 (três) anos, a contar da sua posse.

- d. A Constituição Federal/1988 proíbe ao servidor, investido em mandato de vereador, continuar no exercício de seu cargo, mesmo havendo compatibilidade de horários.
- e. Reversão é o retorno do funcionário ou servidor demitido, por falta leve, à atividade.

QUESTÃO 32

Em relação ao controle da Administração Pública, é **correto** afirmar.

- a. O controle interno dá-se por meio da homologação, da aprovação, da revogação e da invalidação dos atos administrativos praticados.
- b. Não há possibilidade jurídica de o controle ser exercido por provocação recursal do administrativo.
- c. A Administração Pública pode revogar seus atos administrativos, mas não pode invalidá-los.
- d. O fundamento do controle administrativo reside no princípio da imperatividade da Administração Pública.
- e. O controle administrativo refere-se, em regra, à legalidade, não sendo possível o controle sobre o mérito dos atos administrativos.

QUESTÃO 33

Quanto aos poderes administrativos, assinale a alternativa **correta**.

- a. Poder disciplinar é o de que dispõe a Administração para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- b. O poder regulamentar é inerente e privativo do Chefe do Executivo, podendo ser avocado por qualquer subordinado, desde que dentro de suas atribuições.
- c. O poder discricionário revela-se na prática de certos atos, onde a liberdade de ação do administrador é mínima.
- d. A extensão do poder de polícia é muito pequena, restringindo-se à fiscalização fitossanitária.
- e. Competência, finalidade e forma, sempre serão elementos vinculados do ato administrativo.

QUESTÃO 34

Em se tratando de ato administrativo, assinale a alternativa **correta**.

- a. Ato suspensível é aquele que, embora perfeito, não produz os seus efeitos, por não verificado o termo ou condição de que depende a sua exequibilidade ou operatividade.
- b. Ato perfeito é aquele que reúne todos os elementos necessários a sua exequibilidade ou operatividade, apresentando-se apto e disponível para produzir seus regulares efeitos.
- c. Ato revogável é aquele que o Poder Judiciário, e somente ele, pode invalidar por motivo de ilegalidade.
- d. Ato constitutivo é aquele pelo qual a administração constata uma situação fática ou jurídica ocorrente.
- e. Ato complementar é todo aquele que se antepõe a outro para garantir a sua própria realização.

QUESTÃO 35

Analise as afirmativas quanto a sua veracidade.

- I. Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, de capacidade administrativa, criadas pelo Estado para persecução de finalidades públicas, de conseguinte, submetem-se ao regime jurídico de direito público.
- II. O regime jurídico das autarquias prevê inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade dos seus bens.
- III. Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de empresa pública.
- IV. Na suposição de existirem fundações governamentais, estruturadas à maneira do regime privado, que atuem de forma descentralizada, seu regime será idêntico ao das empresas estatais.

Com base nas afirmativas, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas I e IV estão corretas.
- c. Apenas I, II e III estão corretas.
- d. Apenas I e III estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 36

Analise as alternativas e assinale a **correta**.

- a. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos: mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública e mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos citados anteriormente.
- b. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos: dois terços pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista triplíce pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e um terço pelo Congresso Nacional.
- c. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e vantagens que os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, com exceção dos impedimentos.
- d. O auditor, quando em substituição ao Ministro, terá as mesmas garantias do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz do Tribunal Regional Federal, com exceção dos impedimentos.
- e. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Rio de Janeiro, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.

QUESTÃO 37

Analise as afirmativas.

- I. O poder constituinte derivado está inserido na própria Constituição Federal, pois decorre de uma regra jurídica de autenticidade constitucional, portanto, conhece limitações constitucionais expressas e implícitas e é passível de controle de constitucionalidade.
- II. O poder constituinte originário caracteriza-se por ser inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.
- III. O poder constituinte é permanente, pois não desaparece com a realização de sua obra.
- IV. O poder constituinte derivado possui as características de derivado, subordinado e condicionado.

Em face das proposições acima, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas I e III estão corretas.
- c. Apenas II, III e IV estão corretas.
- d. Apenas I e IV estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 38

No que tange à Intervenção Federal, analise as afirmativas e assinale a **incorreta**.

- a. O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.
- b. A decretação da intervenção dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese de recusa à execução de lei federal.
- c. No que tange ao Decreto Interventivo, a CF/88 discriminou os meios e providências possíveis de serem tomadas pelo Presidente da República.
- d. A decretação da intervenção dependerá, no caso do Art. 34, IV da CF/88 (garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação), de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário.
- e. A decretação da intervenção dependerá, no caso de desobediência à ordem ou à decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

QUESTÃO 39

Não se caracteriza como um dos princípios constitucionais da Administração Pública:

- a. legalidade.
- b. pessoalidade.
- c. moralidade.
- d. publicidade.
- e. eficiência.

QUESTÃO 40

Analise as afirmativas e assinale a **incorreta**.

- a. Controlar a constitucionalidade significa verificar a adequação de uma lei ou de um ato normativo com a Constituição, verificando seus requisitos formais e materiais.
- b. O controle de constitucionalidade configura-se como garantia de supremacia dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição.
- c. A análise da constitucionalidade das espécies normativas consubstancia-se em compará-las com determinados requisitos formais e materiais, a fim de verificar-se sua compatibilidade com as normas Constitucionais.
- d. A inobservância das normas constitucionais de processo legislativo tem como consequência a inconstitucionalidade material da lei ou do ato normativo produzido.
- e. A ideia de controle de constitucionalidade está ligada à Supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento jurídico e, também, à de rigidez constitucional e proteção dos direitos fundamentais.

QUESTÃO 41

O Estado tem o poder de tributar, fato legalizado e limitado pela Constituição Federal. Nessa relação de força, fica evidenciado que o tributo, ainda que legalmente constituído, tem limitação, a fim de garantir a justiça fiscal. Sendo uma norma de rejeição social, os agentes do Estado devem buscar:

- a. diminuir a rejeição social através de políticas públicas que deem publicidade à norma tributária, tornando-a comum à sociedade, reafirmando o poder autoritário do Estado.
- b. o cumprimento da norma legal, pois o tributo é necessário à manutenção do poder daqueles que foram escolhidos pelo povo.
- c. estudar o poder de tributar juridicamente, criando conceitos que legalizem o tributo, perdendo, assim, a rejeição social, por estar de acordo com a legislação.
- d. a aversão à rejeição social não faz parte da relação do poder de tributar do Estado e o contribuinte.
- e. estudar o poder de tributar pela economia, finanças públicas e direito, gerando o conhecimento necessário para subsidiar os dirigentes políticos a chegarem numa norma com a menor carga de rejeição possível.

QUESTÃO 42

Com relação ao Princípio da Anterioridade, assinale a alternativa **correta**.

- a. Prevê a possibilidade de cobranças de tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- b. Permite a cobrança de tributos, respeitado o prazo de noventa dias, a partir da data de publicação como *vacatio legis*, quando entrar em vigor no mesmo exercício financeiro.
- c. Prevê a vedação de cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, respeitado o prazo nonagesimal.
- d. Exige respeito ao exercício financeiro posterior para entrar em vigor, respeitando o prazo nonagesimal para cobrança de empréstimo compulsório decorrente de calamidade pública.
- e. Aplica-se inclusive a operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

QUESTÃO 43

Em relação à limitação ao poder de tributar do Estado, assinale a alternativa **correta**.

- a. É possível confiscar através da tributação, desde que o contribuinte seja solvente.
- b. Por motivos de guerra iminente pode haver a cobrança de tributo, o qual deverá ser regulamentado no prazo nonagesimal, em caráter excepcional, bem como restituído ao contribuinte após passar o estado de guerra.
- c. Pode instituir tratamento desigual entre os contribuintes desiguais, respeitando as diferenças entre as profissões ou função por eles exercidas, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- d. É vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído.
- e. Em razão de incentivo ao desenvolvimento econômico e proteção do mercado interno, deve haver a limitação ao tráfego de pessoas ou serviços por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.

QUESTÃO 44

Com relação ao conceito de Tributo, assinale a alternativa **correta**.

- a. São os valores pecuniários, decorrentes de atos não proibidos em lei, em favor do Estado ou pessoa por ele indicada, previsto na norma legal, de forma compulsória, cobrados por meio de atividade administrativa plenamente vinculada.
- b. Havendo lesão ao patrimônio público, a reparação tem caráter de tributo, que se caracteriza pela prestação pecuniária de restituição do dano sofrido pelo Estado, legitimando a cobrança tributária.
- c. Caracteriza-se pela prestação pecuniária decorrente das multas diante das sanções aplicadas aos contribuintes, devidamente previsto em lei.
- d. São as adjudicações ao ativo estatal decorrente de fato vedado por lei, menos quando assume caráter de confisco.
- e. Os tributos são receitas do Estado decorrentes de contratos que envolvam transmissão de bens, celebrados pelo Estado.

QUESTÃO 45

Com relação aos impostos, analise as afirmações.

- I. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- II. Os impostos são tributos vinculados e o fato gerador está vinculado a uma atividade do contribuinte.
- III. A competência para legislar a respeito do imposto é da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme previsto na Constituição Federal.
- IV. Os impostos podem ser fixos ou graduados no que tange à quantificação e, em razão da capacidade contributiva, são, em sua maioria, fixos.

Com base nas afirmações, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas I e III estão corretas.
- c. Apenas II e IV estão corretas.
- d. Apenas III e IV estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 46

A respeito da incidência, analise as afirmações.

- I. A incidência tem o mesmo significado do fato gerador, pois descreve situações em que os tributos são devidos aos cofres públicos.
- II. São distintos os conceitos de fatos geradores e de incidência.
- III. Incidência é a descrição contida em lei, da situação necessária e suficiente ao nascimento da obrigação tributária.
- IV. O fator gerador pode ocorrer em situação ilícita, contudo, a hipótese de incidência não pode ocorrer sobre ilicitudes.

Com base nas afirmações, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas I e III estão corretas.
- c. Apenas II e IV estão corretas.
- d. Apenas II, III e IV estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 47

No que tange às taxas, analise as afirmativas.

- I. É espécie de tributo cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia, ou o serviço público prestado ou posto à disposição do contribuinte.
- II. É considerado um tributo vinculado, admitindo-se, em situações específicas, a desvinculação.
- III. O fato gerador da taxa pode ser uma atividade estatal qualquer relativa ao contribuinte.
- IV. A contraprestação estatal é requisito fundamental para as taxas.

Com base nas afirmações, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas II e III estão corretas.
- c. Apenas I e IV estão corretas.
- d. Apenas II, III e IV estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 48

Sobre a Decisão Administrativa é **correto** afirmar.

- a. O processo administrativo tem o poder de gerar a coisa julgada entre Administração Pública e o administrado tornando irrecorrível a decisão administrativa em qualquer instância ou poder.

- b. A decisão administrativa gera a preclusão do direito de discutir a lide no âmbito do judiciário, em razão da harmonia dos poderes, por força do art. 2º da Constituição Federal. Com isso, a decisão administrativa não pode ser reapreciada judicialmente.
- c. É possível recorrer ao judiciário a fim de discutir a decisão administrativa, pois a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- d. A administração não pode anular seus próprios atos, mesmo quando evados de vícios que os tornem ilegais; ou porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, cabendo ao judiciário a apreciação.
- e. A fim de evitar a preclusão, o processo administrativo deve ser distribuído ao mesmo tempo em que o processo judiciário.

QUESTÃO 49

Tomando como base a Falência, assinale a alternativa **correta**.

- a. As pessoas jurídicas devidamente inscritas nas atividades empresariais podem se beneficiar das regras pertinentes ao direito falimentar, inclusive as cooperativas, hotéis e supermercados.
- b. São requisitos para a instauração do processo de execução concursal os seguintes pressupostos: devedor empresário, insolvência e sentença declaratória da falência.
- c. Os credores do devedor irão saldar seus créditos por ordem de chegada no processo, sem levar em consideração a categoria creditícia a qual pertence.
- d. O devedor empresário, em regime de execução concursal, só terá suas obrigações extintas com o pagamento integral de seu valor.
- e. A norma legal prevê casos de aplicação da lei de falências para o devedor civil.

QUESTÃO 50

Acerca da Recuperação Judicial da Empresa, assinale a resposta **correta**.

- a. Os meios previstos para recuperação judicial, elencados no art. 50 da Lei de falências é taxativo.
- b. O administrador judicial tem a obrigação de gerir a empresa, mesmo que não tenham sido afastados os diretores da mesma.

- c. O comitê é um órgão necessário no processo de recuperação judicial.
- d. O órgão colegiado deliberativo é a assembléia geral, responsável pela manifestação do interesse ou da vontade predominante dos que são titulares de crédito perante a sociedade empresária, requerente da recuperação judicial, sujeitos aos efeitos desta.
- e. Qualquer dos credores tem legitimidade para convocar a assembleia geral.

QUESTÃO 51

Quanto ao domicílio e a residência, segundo o disposto no Código Civil, assinale a alternativa **correta**.

- a. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde indicar.
- b. É facultado ao servidor público escolher como domicílio o lugar em que exercer permanentemente suas funções ou o lugar em que estabelecer residência com ânimo definitivo.
- c. Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, será considerado domicílio, para os atos neles praticados, o lugar onde eleger em seu estatuto ou ato constitutivo.
- d. Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio o lugar onde permaneça por mais tempo.
- e. Quanto às relações concernentes à profissão, o domicílio da pessoa natural é o lugar onde esta é exercida.

QUESTÃO 52

Quanto aos bens e suas classificações, assinale a alternativa **correta**.

- a. Consideram-se imóveis para os efeitos legais: os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram; o direito à sucessão aberta.
- b. Perdem o caráter de imóveis: as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local; os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- c. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, ainda que haja alteração da substância ou da destinação econômico-social.

- d. Os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por vontade das partes.
- e. São benfeitorias úteis as que aumentam ou facilitam o uso do bem.

QUESTÃO 53

Analise as afirmativas e assinale a **correta**.

- a. O devedor responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, exceto se houver estipulado expressamente o contrário.
- b. Se a prestação, devido à mora, se tornar inútil ao credor, este poderá rejeitá-la, e exigir o pagamento das perdas e danos.
- c. Salvo as exceções, expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor não abrangem o que o mesmo deixou de lucrar.
- d. Nos contratos bilaterais, qualquer dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento do outro.
- e. Se, depois de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, deve a outra exigir a prestação de garantia suficiente para satisfazê-la, sob pena de não poder reclamar perdas e danos em caso de inadimplemento.

QUESTÃO 54

Sobre a invalidade dos negócios jurídicos, assinale a alternativa **correta**.

- a. Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável.
- b. É nulo o negócio jurídico quando: celebrado por pessoa relativamente incapaz; for ilícito ou impossível o seu objeto; o motivo determinante, comum a ambas as partes, não estiver expressamente previsto; não revestir a forma prescrita em lei.
- c. O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, ainda que envolva direito de terceiro.
- d. O menor não emancipado, entre dezesseis e dezoito anos, pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade, mesmo que a tenha dolosamente ocultado quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato de obrigar-se, tenha se declarado maior, sendo dever do

contratante conferir a veracidade da declaração.

- e. A anulabilidade é declarada de ofício pelo juiz, exceto se envolver direito indisponível.

QUESTÃO 55

Em relação ao contrato de compra e venda, segundo o disposto no Código Civil, assinale a alternativa **correta**.

- a. O contrato de compra e venda não pode ter por objeto coisa futura.
- b. Celebrado o contrato, mesmo antes da tradição, os riscos da coisa correm por conta do devedor.
- c. Pode um condômino em coisa indivisível vender a sua parte a estranhos, mesmo se o outro consorte oferecer o mesmo preço, exceto se houver sido determinado expressamente no contrato o contrário.
- d. A venda de ascendente a descendente é anulável, quando os outros descendentes não houverem expressamente consentido.
- e. Podem ser comprados, ainda que em hasta pública, pelos servidores públicos, em geral, os bens ou direitos da pessoa jurídica a que servirem, ou que estejam sob sua administração direta ou indireta, desde que haja autorização expressa da chefia imediata.

QUESTÃO 56

Sobre as pessoas jurídicas, na forma do Código Civil de 2002, assinale a alternativa **correta**.

- a. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, independente de ter havido por parte destes, culpa ou dolo.
- b. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- c. Extinta a fundação, seu patrimônio será revertido ao instituidor ou aos seus herdeiros.
- d. Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
- e. As organizações religiosas não têm personalidade jurídica.

QUESTÃO 57

Não são, de acordo com o Código Civil, bens móveis para os efeitos legais, **exceto**:

- a. o direito à sucessão aberta.

- b. as edições que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- c. os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- d. os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- e. as energias que tenham valor **econômico**.

QUESTÃO 58

Sobre a vigência da lei, assinale a alternativa **correta**.

- a. As correções a texto de lei já em vigor não consideram-se lei nova.
- b. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar no mesmo dia em todo o país e nos Estados estrangeiros quando admitida a obrigatoriedade da lei brasileira.
- c. A repristinação depende de previsão expressa da lei nova.
- d. A lei nova derroga a anterior quanto regule inteiramente a mesma matéria.
- e. Se a execução de uma lei depende da expedição de regulamento, sua obrigatoriedade coincidirá com a publicação do ato regulamentador no Diário Oficial.

QUESTÃO 59

No tocante às pessoas naturais, os elementos distintivos secundários que integram o nome com função de distinguir pessoas de uma mesma família com nome iguais, denomina-se:

- a. agnomes.
- b. honorífico.
- c. apelidos de família.
- d. cognomes.
- e. hipocorísticos.

QUESTÃO 60

O art. 4º da Lei de Introdução ao Código Civil, reza que "quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito".

O dispositivo legal se refere aos critérios relativos à:

- a. interpretação sistemática.
- b. interpretação analógica.
- c. interpretação extensiva.
- d. integração da norma jurídica.
- e. equidade.

